



ATA DE REUNIÃO

CONSELHO GERAL

N.º 8/2023

Aos oito dias do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, na sala de reuniões dos Serviços Centrais do IPSantarém e, em simultâneo, em videoconferência, através da Plataforma Zoom, teve início a reunião do Conselho Geral do IPSantarém, com a seguinte <u>Ordem de Trabalhos (OT)</u>:

- 1. Informações;
- 2. Aprovação de Atas de reuniões anteriores;
- 3. Eleição intercalar dos Representantes dos Estudantes no Conselho Geral (apreciação e aprovação das propostas de Calendário Eleitoral e Despacho de designação da Comissão Eleitoral);
- 4. Apreciação e discussão da Proposta de Alteração aos Estatutos do IPSantarém.

Estiveram <u>presentes</u> os seguintes 12 membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

- 1. Hermínio Martinho, Presidente do Conselho
- 2. Nuno Jorge, online
- 3. António Vicente, online
- 4. Teresa Coelho
- 5. Pedro Sequeira, online
- 6. Marília Henriques, online
- 7. António Morão Lourenço
- 8. Leonor Teixeira, online
- 9. Maria do Céu Martins
- 10. Maria do Céu Roldão, online
- 11. Miguel Castanho, online
- 12. Vânia Neto, online





Estiveram <u>ausentes</u> os seguintes 9 membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

- 1. Cristina Novo, que justificou a ausência
- 2. Maria Regina Ferreira, que justificou a ausência
- 3. João Nascimento, que justificou a ausência
- 4. Paulo Rosa, que justificou a ausência
- 5. José Carlos Dias
- 6. Maria Beatriz Claudino
- 7. Miguel Alexandre Ferreira
- 8. Nuno Russo, que justificou a ausência
- 9. Pedro Ribeiro

Esteve <u>presente</u> o seguinte membro conselheiro, sem direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. João Moutão, Presidente do Instituto

Estiveram também <u>presentes</u> e a convite do Presidente do Conselho, os dois membros da Comissão designada para a elaboração dos novos estatutos, que não são conselheiros, Ana Costa e George Camacho.

Esteve ainda <u>presente</u>, para efeitos de apoio administrativo à elaboração da ata, a secretária da Presidência, Manuela Rosário.

Depois de verificado o quórum, o Presidente do Conselho deu as boas vindas a todos e deu início à reunião, passando a palavra ao Presidente do Instituto, para cumprimento do ponto 1.

1. Informações

- Joao Moutão informou sobre a Semana Internacional do Instituto, que decorrerá de 15 a 19 de maio.
- Informou também sobre o 50.º Aniversário da Escola Superior de Saúde, no dia 16 de maio, cuja oradora se espera que seja a Dra. Maria de Belém, que ainda não confirmou presença.
- Deu também informação relativa ao 43.º Aniversário do Instituto, a decorrer excecionalmente este ano no dia 5 de junho, onde será homenageado o Diretor Geral do Ensino Superior, Joaquim Mourato, ex-presidente de um Politécnico.



Der TAL

 Informou ainda sobre o Encontro Digital Literacies in Higher Education, no dia 18 de maio, com a presença do Secretário Geral das Universidades Europeias, e cujo convite e programa será enviado à comunidade.

A conselheira Leonor Teixeira pediu para intervir para informar sobre:

- O V Encontro "Educação Social e Ensino Superior", que irá decorrer a 6 e 7 de junho, e subordinado à temática "O humano, o tecnológico e a(s) "arte(s) do cuidar" na intervenção socioeducativa".
- Recordou o falecimento do Prof. Ramiro Marques, professor com uma carreira longa na Escola Superior de Educação do Instituto, e figura de relevo a nível nacional e internacional.
 - O Presidente do Instituto associou-se a esta lembrança/informação, que por lapso não referira.

A propósito desta última nota, o conselheiro Nuno Jorge lamentou não ter visto nenhuma alusão a este falecimento nas redes sociais do IP e da ESES, ao que a conselheira Maria do Céu Martins contrapôs, opinando que as homenagens deste género não deverão ser difundidas pelas redes, mas sim na página do Instituto. O Presidente corroborou e disse que está pensada uma homenagem/notícia no site do Instituto, sim.

Entrou na reunião a conselheira Marília Henriques.

2. Aprovação de Atas de reuniões anteriores

O Presidente do Conselho informou que este ponto é adiado por impossibilidade justificada da Secretária do Conselho, Prof. Regina Ferreira, na elaboração das respetivas propostas das atas.

3. Eleição intercalar dos Representantes dos Estudantes no Conselho Geral (apreciação e aprovação das propostas de Calendário Eleitoral e Despacho de designação da Comissão Eleitoral)

Neste ponto o Presidente do Conselho contextualizou os presentes sobre a necessidade desta eleição ocorrer, e que cabe ao Conselho Geral apreciar e aprovar a proposta de calendário e de Comissão Eleitoral propostas pelo Presidente do Instituto, para se iniciar o processo.

Referiu que estas propostas foram distribuídas aos conselheiros, estando, portanto, todos, em condições de as votar. Colocando-as, então, à votação, as propostas de Calendário e de Comissão Eleitoral foram aprovadas por unanimidade dos conselheiros presentes, (ainda não se encontravam na reunião <u>as conselheiras Maria do Céu Roldão e Vânia Neto)</u>.





Apreciação e discussão da Proposta de Alteração aos Estatutos do IPSantarém

Dando início a este ponto da OT, o Presidente do Conselho relembrou que, na anterior reunião, o último artigo a ser aprovado foi o 49.º, pelo que solicitou à Coordenadora da Comissão de Revisão dos Estatutos a apresentação da proposta com início no artigo 50.º.

Artigo 50

Esta referiu que importava tomar uma decisão de fundo, que era a continuidade, ou não, das Assembleias de Escola. Estas têm fundamentalmente, a função de eleger ou destituir os Diretores.

<u>António Vicente</u>: Quais as implicações que o desaparecimento das Assembleia tem? Como se elegem depois os Diretores? É contra a extinção das Assembleias.

João Moutão: Não tem ideia formada sobre o assunto, pois, se por um lado pensa que é bom que existam, pois têm essa função e promovem a discussão em diversos assuntos, por outro pensa que podem ter um papel desestabilizador no todo. E, caso sejam abolidas, a questão da eleição do Diretor tem de ser muito bem pensada. Poderá ser por sufrágio universal, o que seria um processo muito pesado e pouco operacional, ou nomeado pelo Presidente do Instituto. Esta última hipótese é muito sensível. No seu entender devia caminhar-se sim para um projeto comum, com uma equipa comum, em que esta última hipótese fosse a solução normal. Ou optar por deixar tudo ao nível do Conselho Geral, até para uma maior participação e conhecimento do todo. Na sua opinião é o que acontecerá mais tarde ou mais cedo, o que acelerará os tempos de resposta dadas as exigências que chegarão com a alteração ao RJIES. Isto não significa a perda da democraticidade ou da participação na vida da instituição. Concluindo, talvez manter para já e discutir novamente aquando da consulta pública ou da revisão do RJIES.

Marília Henriques: Tem dúvidas de que a instituição se encontre no momento adequado para uma decisão de eliminação das AE. Por um lado, a opção da nomeação dos Diretores não é bem aceite pela comunidade académica por outro lado a solução da eleição com uma base alargada a toda a comunidade de cada Escola será de organização muito complexa. Considera que se deve aguardar pela revisão do RJIES, em curso. É preferível dar pequenos passos, mas com segurança.

<u>Pedro Sequeira</u>: Ainda que sejamos muito pequenos para tantos órgãos, discorda da abolição das Assembleias.

<u>Leonor Teixeira</u>: As Assembleias são o equivalente do Conselho Geral nas Escolas. Concorda com a manutenção das Assembleias.

Céu Martins: Opta por um momento novo; a nomeação dos Diretores, para que a equipa que dirige o Instituto fique mais coesa e caminhe toda no mesmo sentido. Há que alargar horizontes. Nas reuniões da Comissão, houve sim, também, a defesa desta hipótese. Há aspetos negativos também com as Assembleias; são difíceis de constituir, por exemplo. As pessoas têm tendência a afastar-se dos órgãos porque não são ouvidas. Há que arranjar maneiras de ouvir as pessoas, de as envolver



Jen /

para que participem. Assim, cada um puxa para a sua quinta e não há coesão. E podemos ser democráticos com Diretores eleitos.

<u>Nuno Jorge</u>: Concluiu das intervenções que se estava a ir contra o que estava a ser proposto, que era a mudança, com a extinção das Assembleias. Concluiu que se deviam manter as Assembleias de Escola.

<u>Teresa Coelho</u>: Se por um lado concorda com a extinção das Assembleias, por outro não concorda devido à dificuldade de operacionalização da eleição dos Diretores.

A conselheira Vânia Neto entrou a meio da discussão e antes da votação deste artigo.

Colocado o artigo à votação, a maioria optou pela manutenção das Assembleias de Escola, com o articulado inicial, o n.º 2 da proposta base e revogando os n.ºs 3 e 4. <u>Absteve-se a conselheira Céu</u> Martins e votou contra o conselheiro António Morão Lourenco.

Artigos 51 ao 55

Em função da manutenção do articulado do artigo anterior, estes artigos mantiveram a redação inicial.

Artigo 56

A discussão, neste artigo centrou-se no alargamento da base de elegibilidade do Diretor ao exterior, se os subdiretores podiam ser escolhidos de entre o pessoal não docente, tendo a maioria achado que não, e, ainda, se o Subdiretor ficava dispensado de serviço docente, aspeto que seria discutido no artigo 57 dado ser esse o seu âmbito.

<u>Miguel Castanho</u>: Defendeu a redação do n.º 1 da proposta B, que reflete o padrão atual. Difícil será justificar que assim não seja.

Leonor Teixeira: Defendeu que o Diretor tem de ser alguém da Unidade Orgânica.

A Prof. Céu Roldão entrou durante a discussão deste artigo.

Foi colocada à votação a proposta B, com as seguintes alterações, aceites por unanimidade: passar o n.º 4 a n.º 3, e o n.º 3 da proposta-base a n.º 2 da proposta B.

Artigo 57

Neste artigo discutiu-se se o subdiretor devia ser dispensado de serviço docente total ou parcialmente e em que condições. A expressão "em função do n.º de estudantes e de cursos" do





n.º 3 da proposta-base, não colheu concordância dos conselheiros Nuno Jorge e Maria do Céu Roldão. Adaptou-se a redação para "devidamente fundamentado".

Colocado à votação, o artigo assim redigido foi aprovado por maioria, <u>com o voto contra da conselheira Leonor Teixeira.</u>

Artigo 58

Neste artigo discutiu-se sobretudo o facto dos documentos elaborados nas Escolas, nomeadamente o calendário escolar, o plano de atividades e o relatório de atividades, deverem estar em consonância com os mesmos documentos elaborados nos Serviços Centrais.

<u>João Moutão</u>: Referiu que atualmente os documentos mencionados anteriormente, não estão alinhados com os documentos do Instituto, com o qual devem ser concordantes.

<u>Marília Henriques</u>: Defendeu o contrário, isto é, os documentos do instituto devem incorporar os documentos das Escolas, pois tudo, ou praticamente tudo se desenrola nas Escolas.

Deste modo, colocou-se à votação a redação inicial, com as alíneas 1c) e h) da proposta-base, adaptando ainda assim as mesmas: na alínea 1c), substituir "Nomear" por "Propor" e na alínea 1h) retirar "o orçamento" e "e as contas". A proposta assim definida foi aprovada pela unanimidade dos presentes.

Artigo 59

Este artigo manteve a redação inicial.

Artigo 60

Neste artigo a discussão centrou-se na presença do Diretor no Conselho Técnico-científico.

<u>Maria do Céu Roldão</u>: Não concordou com a participação do Diretor, por inerência, atendendo à natureza científica das competências deste órgão.

<u>João Moutão</u>: A presença é importante porque depois a implementação das deliberações cabe ao Diretor.

<u>Leonor Teixeira</u>: Relativamente às proporções a cumprir para a composição do Conselho Técnicocientífico, referiu a volatilidade do número de estudantes ao longo de quatro anos.

Nuno Jorge: Comentou o número de membros do Conselho, que só será fidedigno no momento da eleição.

O conselheiro António Morão Lourenço saiu durante a discussão deste artigo.

Votou-se a proposta-base deste artigo, acrescentando no final do n.º 12 "mediante convite do Presidente". Esta proposta foi aprovada pela unanimidade dos presentes.





Artigo 61

Este artigo manteve a redação inicial.

Artigo 61-A

Votou-se a proposta-base e foi aprovada pela unanimidade dos presentes.

Artigo 62

Neste artigo a discussão centrou-se, sobretudo, na competência do Coordenador de Curso de ter de apresentar um relatório anual, na duração do mandato e no apoio administrativo que a função exige.

<u>Marília Henriques</u>: Considera a elaboração do relatório uma sobrecarga de trabalho para os coordenadores de curso.

<u>Leonor Teixeira</u>: Refere que as coordenações de curso ocupam muito tempo e exigem trabalho administrativo, que acaba por ser subtraído ao tempo para dedicação às atividades letivas. Deixou à consideração a redução de serviço letivo, a estes docentes e o efetivo apoio administrativo.

<u>João Moutão</u>: A proposta da Presidência resolveu reduzir o tempo de coordenação, reduzindo em consequência as tarefas não letivas, inerentes à função.

Votou-se e aprovou-se por unanimidade, a aceitação do número 3 da proposta B, em que a duração do mandato é mais curta.

Artigo 63

No que se refere a este artigo, debateu-se nomeadamente a composição - o número de docentes e estudantes – e o facto de fazerem parte deste Conselho, por inerência, os Coordenadores de Curso. Ou, em alternativa, candidatarem-se ao Conselho.

<u>Teresa Coelho</u>: Pelo definido na proposta-base, a ESSS fica em desvantagem uma vez que só tem um ciclo de estudos de 1.º ciclo.

<u>João Moutão</u>: Concordou e propôs aprovar-se assim agora e reformular aquando a consulta pública, ao que a conselheira docente na ESSS, Teresa Coelho, concordou.

<u>Marília Henriques</u>: Considerou a importância de todos os cursos terem representatividade, mas alertou para a dificuldade em reunir quando o conselho é composto por um número elevado de membros.

<u>Leonor Teixeira</u>: Contrariamente ao que a proposta-base transmite, não concordou com a necessidade de os coordenadores de curso terem de candidatar-se ao Conselho. Na sua opinião devem pertencer-lhe por inerência, defendendo assim o n.º 3 do articulado inicial.

Votou-se assim a proposta-base com eliminação do n.º 3 e alteração dos números subsequentes. A proposta foi aprovada pela unanimidade.



A conselheira Vânia Neto saiu da reunião, já não votando este artigo. O conselheiro António Vicente tornou a entrar.

O articulado final destes 15 artigos, consta do ANEXO II a esta ata, e dela faz parte integrante.

Dada a hora de *terminus* da reunião, definiu-se a hora e o dia da próxima reunião (17h do dia 22 de maio).

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Hermínio Martinho, deu por encerrada a reunião pelas 20 horas, da qual se lavrou a presente Ata que, vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e pela secretária da Presidência, Manuela Rosário, devido à ausência da secretária do Conselho, Maria Regina Ferreira.

O Presidente do Conselho

som atile

Hermínio Martinho

A Secretária da Presidência (em substituição da Secretária do Conselho)

Manuela Rosário